

Consenso e Comunhão de Igrejas.

Um breve balanço do diálogo católico-luterano internacional*

Harding Meyer

Os sinais dos tempos certamente não enganam. O movimento ecumênico, na forma que tomou desde o Concílio Vaticano Segundo, encontra-se numa verdadeira encruzilhada.

Hoje podemos dar um retrospecto sobre duas décadas inteiras de diálogo ecumênico oficial. Isto não é apenas uma afirmação aproximativa. Foi exatamente no ano de 1965 que começaram os primeiros diálogos oficiais entre a Igreja Católica Romana e as igrejas protestantes, em particular, a Igreja Luterana e a Igreja Anglicana, tanto a nível nacional como a nível internacional. (Aliás, foi uma delegação luterana que lançou, por ocasião de uma visita ao Vaticano, a idéia de se promoverem diálogos oficiais a nível internacional, idéia esta aceita imediatamente pela Igreja Católica!).

Dentro de poucos anos os diálogos se multiplicaram de tal maneira, que logo tornou-se impossível fazer um inventário completo dos diálogos e encontros realizados.

Quanto aos diálogos propriamente ditos que visaram superar as divergências doutrinárias do passado, pode ser dito que conduziram rapidamente a resultados surpreendentes. Já em meados dos anos setenta, teólogos católicos e protestantes, como p. ex. Karl Rahner e Jürgen Moltmann, podiam afirmar que as divergên-

* Palestra proferida na Escola Superior de Teologia da IECLB, em 20.05.1985. Trata-se de uma versão em língua portuguesa, abreviada do artigo "Konsens und Kirchengemeinschaft. Am Ende der zweiten Phase des Dialogs zwischen römisch-katholischen Kirche und Lutherischem Weltbund", publicado na revista "Kerygma und Dogma", ano 31, 1985, p. 174-200.

cias teológicas entre as igrejas foram superadas, com exceção, talvez, da questão do papado.

Este desenvolvimento ecumênico atingiu o seu ponto culminante nos anos de 1980 e 1981. No diálogo entre católicos e anglicanos, como também entre católicos e luteranos, surgiram dois conceitos análogos, muito importantes e significativos: os conceitos "acordo substancial" e "consenso fundamental".

O próprio Papa João Paulo II pôde afirmar numa palestra, em Mainz, em 1980, a respeito da Confissão de Augsburg, documento confessional de base para todas as igrejas luteranas do mundo: "alegramos-nos por existir, entre católicos e luteranos, não somente um acordo parcial em algumas verdades cristãs, mas sim um acordo em verdades centrais da fé cristã".

Ao mesmo tempo, os diálogos manifestaram uma forte dinâmica para a realização concreta da unidade. Não se contentaram com uma simples acumulação de consensos teológicos puramente teóricos. Mas insistiram na aceitação desses consensos na vida concreta das igrejas, dando urgência na transformação dos acordos teológicos em realidade vivenciada.

Entretanto, foi exatamente neste ponto que, de repente, surgiram, tanto nas igrejas protestantes como na Igreja Católica, fortes tendências opostas. Houveram dúvidas se os acordos teológicos alcançados seriam suficientemente fundamentados para serem aprovados pelas igrejas. Surgiu até o conceito de "divergência fundamental" ou mesmo de "divergências fundamentais" que continuam separando as igrejas, conceitos formulados nítida — e conscientemente em oposição aos conceitos "acordo substancial" ou "consenso fundamental", mencionados acima.

A situação ecumênica atual me parece marcada pelo conflito aberto entre estas duas tendências. É neste contexto que eu gostaria de fazer, aqui, algumas observações. Falarei inicialmente dos consensos teológicos alcançados, depois da dinâmica inerente aos consensos teológico e, finalmente, da problemática atual caracterizada pelo ressurgimento da idéia das "divergências fundamentais" que continua a separar as igrejas.

|

Eu poderia passar esta noite inteira enumerando, descrevendo e analisando os acordos teológicos alcançados nos diálogos

católico-luteranos. Não o farei exaustivamente. Entretanto, é importante estar a par do que aconteceu nesse campo.

Podemos, nos dias de hoje, falar de acordos ou, ao menos, de convergências nos seguintes pontos:

- a respeito da gratuidade total da salvação do homem, ponto absolutamente central na Reforma e que, em última análise, estava presente na raiz da separação das igrejas, no século 16;
- a respeito do relacionamento entre Escritura Sagrada, de um lado, e doutrina da Igreja ou tradição eclesiástica, do outro lado. Também esse ponto, como sabemos, foi um problema central na época da Reforma. Basta mencionar o conceito de *sola scriptura*;
- a respeito da doutrina e prática da Santa Ceia e seus diferentes aspectos: questão da presença real do corpo e do sangue de Cristo, ou o problema da missa católica, compreendida como sacrifício realizado pela Igreja na pessoa do sacerdote oficiante;
- alcançaram-se acordos e convergências consideráveis também a respeito do ministério na Igreja: tanto sobre o ministério de todos os batizados, quanto sobre o ministério particular, ou seja, sobre o ministério dos pastores ordenados, sua função, sua posição dentro da comunidade e dentro do ministério de todos os crentes; a respeito do ato da ordenação de pastores, seu caráter sacramental ou não-sacramental; chegou-se também a convergências importantes no que se refere aos bispos, ou melhor, à função episcopal nas igrejas, função episcopal no sentido literal da palavra “episcopé”, i. e. função de orientação, visitação e supervisão (que existe em todas as igrejas e sem a qual uma vida ordenada parece ser impossível) ;
- falou-se até sobre o ministério do Papa, particularmente nos diálogos católico-luteranos na América do Norte. Este diálogo ainda não está concluído. Mas ao menos ficou claro que não pode haver e que nunca houve uma rejeição total, absoluta e incondicional da instituição papal por parte da Reforma Luterana e da teologia luterana. Houve, ao contrário, o apelo constante, às vezes altamente polêmico, à Igreja Católica no sentido de reformar o Papado (o seu conceito, a sua estrutura e a sua prática), de maneira tal que estivesse de acordo com o Evangelho, subordinado claramente ao primado da palavra de Deus.

Até aqui o breve resumo dos acordos teológicos alcançados nos diálogos.

O que importa saber — e é para isso que eu gostaria de chamar atenção — é o seguinte: praticamente nenhum desses acordos é um acordo, por assim dizer, redondo, total, absoluto. São acordos, consensos com uma estrutura própria e específica, acordos que eu gostaria de chamar de “acordos diferenciados” em si mesmos. Isso significa: há uma camada básica formada de uma ou algumas convicções realmente comuns sobre a qual se colocam, e pela qual são suportadas, afirmações ou opiniões que ainda divergem e podem divergir, desde que se baseiam no consenso fundamental e não o questionem.

Quero dar um exemplo: a doutrina católica fala da eucaristia ou da missa como de um “sacrifício verdadeiramente propiciatório”, i.e. como de um ato que tem a força de tornar Deus propício para com os homens (reunidos na celebração eucarística). Os reformadores rejeitaram essa doutrina como idolatria, porque à luz desta doutrina o único sacrifício de Jesus é substituído pela missa celebrada por sacerdotes. O Cristo Crucificado uma vez por todas fica em segundo plano; a Igreja, o sacerdote usurpam seu lugar.

No diálogo atual, estebeleceu-se um acordo fundamental no sentido de que nada pode substituir o sacrifício de Cristo, efetuado uma vez por todas. Dependemos todos unicamente de Cristo que se sacrificou na cruz. Não precisamos de outros sacrifícios. Então o que se realiza na eucaristia, na Santa Ceia não é nada do que a atualização sacramental do único sacrifício.

Isto é consenso fundamental. Por ele se afirma claramente que a missa celebrada pelo sacerdote, pela igreja, não compete com o sacrifício de Cristo e nem o substitui. Isso, hoje, é ponto pacífico. Os abusos, às vezes, horríveis que decorreram desta doutrina católica são e devem ser cortados pela raiz.

Contudo, a Igreja Católica mantém a sua doutrina da missa no sentido de que a celebração eucarística é um “sacrifício verdadeiramente propiciatório”. Pode continuar dizendo, tanto no ensino teológico como na liturgia, que a igreja, a comunhão, o sacerdote “oferecem” o sacrifício eucarístico, e até oferecem Cristo ao Pai. Mas agora, na base do consenso fundamental, esta maneira católica de pensar e de falar não tem mais o sentido e as consequências que os Reformadores rejeitaram e precisavam rejeitar.

Trata-se agora de uma diferença tolerável, de uma diferença que perdeu a sua força separadora. É uma diferença que se coloca mais no nível da espiritualidade. Os católicos dizem que, pelo batismo, pela fé e na eucaristia os cristãos são unidos a Cristo a um tal ponto que se acham, como membros do corpo de Cristo, envolvidos no evento sacrificial de Cristo. É muito significativo o fato de que, num de seus escritos, o próprio Lutero pôde falar dessa maneira (Ein Sermon von dem Neuen Testament, das ist die Heilige Messe. 1520. WA 6,369).

A igreja e a teologia luteranas não podem mais rejeitar uma tal concepção e um tal pensamento, se bem que ela própria não aceite para si mesma esta maneira de pensar, porque não corresponde à sua espiritualidade. Trata-se de uma concepção ou de uma atitude diferente mas, não obstante, legítima.

É assim que, em geral, o consenso nos diálogos se estabelece. O consenso não elimina todas as diferenças, mas elabora acordos fundamentais, suficientemente fortes para suportar as divergências que permanecerem. O estabelecimento de tais "acordos diferenciados", como poderiam ser chamados, é algo parecido à construção de um edifício com alas diferentes sobre a base de somente uma ou algumas colunas fundamentais.

Este processo de superar, nos diálogos católico-luteranos, as divergências separadoras do passado por meio de "acordos diferenciados", atingiu o seu ponto culminante no ano de 1980. Foi por ocasião do aniversário da Confissão de Augsburgo, documento teológico de base de todas as igrejas luteranas do mundo. Considerando os resultados dos diálogos precedentes, teólogos católicos podiam reconhecer nesta confissão especificamente luterana uma confissão legítima da fé cristã. "Confissão de Augsburgo — Confissão da una fé" foi o título muito significativo do primeiro comentário católico-luterano sobre a Confissão de Augsburgo.

Reconhecer na fé do outro — com suas expressões particulares e específicas — a minha fé, a nossa fé, a fé comum, é este o objetivo dos consensos ou "acordos diferenciados".

II

Quando os diálogos oficiais com a Igreja Católica começaram, isso não aconteceu sem que os objetivos e o alvo destes encontros e diálogos fossem previamente determinados.

Há poucos meses eu li os relatórios dos encontros preliminares entre representantes do Vaticano e da FLM. Fala-se nesses relatórios dos assuntos que o futuro diálogo deveria abordar, do método do diálogo, da escolha de seus participantes. Fala-se também do objetivo do diálogo. Ficou bem claro que a realização concreta da unidade não seria o assunto das conversações teológicas. Antes tratar-se-ia de chegar a um melhor conhecimento mútuo, de eliminar mal-entendidos, de re-examinar as condenações doutrinárias do passado lançadas de um lado ao outro e, finalmente, de elaborar — na medida do possível — acordos teológicos. Não houve menção nenhuma, nestes relatórios dos anos de 1965 e 1966, da realização da unidade, nem sequer de formas parciais da unidade.

Mesmo que esta afirmação não expresse o objetivo último do diálogo ecumênico, ela corresponde perfeitamente ao andamento dos diálogos havidos. Com os primeiros acordos teológicos alcançados nas questões básicas da justificação pela fé, do relacionamento entre Escritura Sagrada e ensino e magistério eclesiásticos, se desenvolveu no diálogo uma dinâmica muito forte para abordar a questão da realização concreta da unidade. Os participantes do diálogo, todos professores renomados, não queriam contentar-se com a elaboração e a acumulação de acordos teológicos, meramente teóricos. Insistiram nas implicações concretas dos consensos alcançados para o nível vivencial das igrejas. Estabeleceu-se uma espécie de meta ecumênica: o que se **pode** fazer, se **deve** fazer.

Num momento seguinte, o grupo abordou os problemas da intercomunhão entre católicos e luteranos e do reconhecimento mútuo dos ministérios nas duas igrejas. Aconteceu que naquela quarta sessão, realizada perto de Genebra em 1969, o grupo, praticamente de maneira unânime, estava a favor da intercomunhão, algo inédito naquela época. Isso provocou um verdadeiro estouro da parte do frei Jérôme Hamer, naquele tempo representante do Secretariado pela Unidade do Vaticano, posteriormente primeiro secretário da Congregação para a Doutrina de Fé e, em breve, Cardeal da Curia Romana. Ele insistiu veementemente, apoiado pelo prof. Yves Congar, no fato de que o grupo estava, até mesmo conscientemente, ultrapassando o seu mandado. Este, de fato, não havia falado da realização concreta da unidade. O grupo, não obstante, em particular os participantes católicos, ficou firme e não se deixou desconcertar.

Não narrei este episódio apenas para contar uma história ou para mostrar como o diálogo ecumênico pode ser difícil. Eu queria demonstrar a dinâmica inerente ao diálogo teológico. Seria um erro flagrante dizer ou pensar que o diálogo teológico se satisfaça com acordos teóricos e que não conheça o empenho para a unidade vivencial.

É verdade: aquela tentativa, em última análise, fracassou. É uma história triste. Mas esta dinâmica do diálogo continua. Continuou também na segunda fase do diálogo católico-luterano internacional. O pastor Bertholdo Weber, naquela segunda fase, membro da Comissão Internacional, poderia confirmá-lo. Lá também esta dinâmica encontrou uma forte resistência por parte de um membro católico muito influente e poderoso. Até aconteceu que, nesta segunda fase, elaboramos um documento de aproximadamente 15 páginas sobre o problema da intercomunhão ou da "hospitalidade eucarística" que não encontrou apoio unânime entre os participantes católicos. Por isso, este documento, elaborado com muito trabalho e cuidado, nunca será publicado. Foi enviado em 1982 à Federação Luterana Mundial e ao Vaticano "para uso confidencial", e isso significa provavelmente: para desaparecer nas gavetas e nos arquivos de Genebra e do Vaticano.

Contudo, o diálogo e os que dele tomaram parte não desanimaram. A dinâmica continuou. A Comissão elaborou, como último documento da segunda fase do diálogo, um documento muito audacioso que está sendo publicado nestes dias e que é uma prova daquela dinâmica do diálogo para a unidade vivencial. O documento tem o título significativo "Facing Unity" que pode ser traduzido por "Unidade ao Alcance". Não posso aqui entrar em pormenores deste documento. Em breve haverá oportunidade do mesmo ser estudado.

III

Nesta parte final, falarei das dificuldades atuais do diálogo católico-luterano, as quais de maneira nenhuma pretendo escamotear. Refiro-me ao que chamei de "encruzilhada" na qual se encontra o diálogo entre a Igreja Católica Romana e as igrejas protestantes em geral.

Desde o início preciso chamar atenção para o caráter quase paradoxo desta dificuldade. Digo isto porque ela provém do próprio êxito dos diálogos. Falei, na primeira parte, dos resultados

surpreendentes do diálogo. Falei, depois, da dinâmica inerente ao consenso teológico. Tanto no debate em torno do reconhecimento católico da confissão luterana como também no último documento do diálogo, o conceito-chave é o do "consenso fundamental", conceito apoiado pelo próprio Papa João Paulo II, na sua palestra em Mainz, no mês de novembro de 1980 e em alocações posteriores.

Porém, simultaneamente, surgiu, primeiro nos meios protestantes, depois nos meios católicos, o conceito de "divergência fundamental" entre catolicismo e protestantismo. O que significa isso? A idéia não é nova. É um pensamento que surgiu, até onde eu vejo, no início do século 19, tendo, talvez, sua origem já na própria Reforma do século 16. Eu poderia citar uma série de teólogos conhecidos, começando por Schleiermacher, F. C. Bauer, Albrecht Ritschl e outros que concordaram no seguinte ponto: o que separa o protestantismo do catolicismo romano não apenas problemas teológicos isolados, como p. ex. a questão da justificação pela fé, da Escritura Sagrada, da missa, da hierarquia eclesiástica, do papado, da veneração dos santos, da Virgem Maria e assim por diante. Diz-se que todos estes problemas isolados provém, em última análise, de uma divergência básica. São, portanto, apenas sinais, sintomas de uma diferença fundamental. Um tal pensamento, isso é evidente, equivale a um questionamento sério e radical dos diálogos e seus consensos alcançados e corta pela raiz a dinâmica inerente ao diálogo. Torna fútil o apelo atual para serem recebidos nas igrejas, p. ex., os documentos do diálogo católico-luterano ou os documentos de Lima sobre o batismo, a eucaristia e o ministério.

Não estou em condições de dar uma resposta a esta problemática. Posso, no momento, tão somente focalizar esta problemática surgida, ou melhor, ressurgida recentemente. Trata-se de uma problemática tão crucial que o nosso Centro de Pesquisas Ecumênicas, em Strassburgo, iniciou um estudo a respeito. O problema se situa na área da eclesiologia.

Talvez vocês perguntem quem, hoje em dia, defende a tese de uma divergência fundamental entre a Igreja Católica Romana e as igrejas protestantes. É verdade que foram inicialmente teólogos protestantes que, nos anos 80, 81 e 82, insistiram nesta idéia. Mas em 1983, ano do aniversário de Lutero, também teólogos católicos se manifestaram neste sentido.

O mais inquietante é que foram alguns representantes da hierarquia católica, como p.ex. o Cardeal Ratzinger que o fizeram (cf. o artigo “Lutero e a unidade da Igreja”, publicado em alusão ao ano de Lutero). Este artigo explodiu como uma bomba. Ele diz: a unidade da Igreja vive da unidade das opções básicas (Grundentscheide). Esta unidade da opção básica, segundo Ratzinger, não existe entre o protestantismo e a Igreja Católica. Ele fala abertamente de uma divergência fundamental, não superada, que continua a separar as igrejas e localiza o hiato, a divergência no **ato** de fé.

Se quisermos ou não: a situação atual do diálogo católico-luterano está marcada por estas duas perspectivas opostas — “Unidade ao Alcance”, de um lado, e “Divergência Fundamental”, de outro lado. É como dizia recentemente o bispo católico de Mainz, amigo e antigo colega meu da Universidade de Freiburg, na Alemanha, em um artigo: “É sobre isso que **temos** que falar hoje”.